

Reunião do dia 10/04/2013

1
2 No décimo dia do mês de abril do ano de 2013, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de
3 Campos s/n – Centro Cívico nesta Capital, às 9 horas e 30 minutos da manhã, foi dado início à
4 Reunião da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná. Fizeram-se presentes os
5 membros Ivete Maria Caribé da Rocha, Márcio Mauri Kieller Gonçalves, Neide de Azevedo Lima
6 e Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, assim como os convidados e colaboradores Carlos Molina
7 (COHAPAR), Mariana Teixeira de Freitas Picheth (Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e
8 Direitos Humanos - SEJU) Melina G. Fachin (Comissão da Verdade da OAB/PR), Raquel
9 Oowski (Ministério Público do Estado do Paraná) e Samira Tomé (OAB/PR).

10 Dando as boas vindas a todos e iniciando a reunião, a servidora da SEJU designada a prestar
11 suporte administrativo à CEV, Mariana Teixeira de Freitas Picheth, informa aos presentes que já
12 foi aberto protocolo solicitando o remanejamento de cargos em comissão, a fim de destiná-los a
13 prestar, com dedicação exclusiva, o devido assessoramento à CEV. Acerca do assunto, informou
14 aos membros da Comissão sobre a dinâmica de trabalho que será adotada, com o intuito de
15 saber o número de Grupos de Trabalhos – GTs – que serão criados para, a partir dele,
16 fundamentar o número de cargos em comissão solicitados. Neste ponto, a Dra. Neide de
17 Azevedo Lima menciona o *e-mail* enviado pelo Dr. Luiz Edson Fachin a todos os membros da
18 CEV, no qual o ilustre jurista manifesta sua vontade de integrar um Grupo de Trabalho sobre
19 “Sistema de Justiça e Repressão”. Sobre o tema, o Professor Pedro Bodê lembra que a
20 Comissão Nacional da Verdade – CNV – também é dividida em Grupos de Trabalho,
21 mencionando, porém, que, muito embora a CEV deva seguir o exemplo de alguns deles (como
22 no caso do GT Operação Condor), ela tem liberdade para criar GTs com objetos diversos
23 daqueles estudados pela CNV, na medida do que for julgado necessário. Aqui, Bodê já sugere a
24 criação de um Grupo de Trabalho destinado à Segurança Pública, ao que a Dra. Ivete Maria
25 Caribé da Rocha acrescenta, na mesma sugestão, a ideia de “Militarização”. Mudando o foco, a
26 Dra. Neide de Azevedo Lima questiona o processo de reembolso dos membros da Comissão
27 Estadual da Verdade em casos de despesas com viagens a serviço da mesma, ao que Mariana
28 Teixeira de Freitas Picheth menciona o já iniciado trâmite de protocolo referente aos futuros
29 pedidos de reembolsos e cobertura de despesas de pessoas não residentes na capital a serem
30 aqui ouvidas. Sobre a dinâmica de trabalhos, o Dr. Márcio Mauri Kieller Gonçalves propõe que, a
31 exemplo da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, haja uma plenária com os
32 movimentos sociais a fim de que estes discorram acerca de sua constituição e da possibilidade



33 de auxílio à CEV. Além disso, também indica a oitiva do jornalista Milton Ivan Heller, cientista
34 social, autor do livro “Resistência Democrática a Repressão no Paraná”. Complementando, a
35 Dra. Neide de Azevedo Lima informa que possui vasta relação de nomes a serem consultados.
36 Na mesma linha, a Dra. Ivete Maria Caribé da Rocha lembra a importância da oitiva também de
37 militares e servidores públicos perseguidos. Noutro giro, Carlos Molina toma a palavra para
38 discorrer acerca da imprescindível consulta ao acervo do Arquivo Público: segundo ele, é
39 necessária a modificação de dois Decretos Estaduais – um deles de 1991 e, o outro, 26 de junho
40 de 2001 –, a fim de que o acesso ao acervo do Arquivo Público seja amplo o suficiente para a
41 realização dos trabalhos da CEV. Molina explica que tais Decretos possibilitam o acesso ao
42 acervo apenas de maneira individual. Sobre isso, a CEV decide fazer um estudo jurídico acerca
43 da compatibilidade de tais Decretos com a nova Lei de Acesso à Informação. Continuando,
44 Molina ainda cita a necessidade: (i) de um espaço dentro do Arquivo Público destinado ao
45 trabalho em grupo; (ii) da finalização da digitalização de todos os arquivos; (iii) da abertura ao
46 público das pastas individuais, e não apenas das pastas temáticas. O colaborador enaltece o
47 Arquivo Público do Estado, lembrando, contudo, a destruição, ocorrida em 1981, de alguns
48 arquivos referentes à época do fim do Governo Dutra, época esta que está inserida na estudada
49 pela CEV. Finalizada esta discussão, o Professor Pedro Bodê traz a questão da necessária
50 elaboração do Regimento Interno, ao que Mariana Teixeira de Freitas Picheth propõe – e os
51 presentes acatam – o envio de sugestões durante a semana para que, na próxima reunião, haja
52 maior diálogo entre os membros com o auxílio de uma apresentação em *data show*. Aceita a
53 proposta, Bodê põe também em discussão a indicação de um Coordenador da CEV, ao que
54 todos os membros presentes seguem a manifestação por escrito proferida pelo Dr. Luiz Egon
55 Fachin, mostrando-se favoráveis à ocupação da função por Bodê. Tais manifestações foram
56 acolhidas por aclamações de todos os presentes e, diante disto, Bodê aceitou o encargo.
57 Nomeado o Coordenador, inicia-se discussão sobre a transparência dos trabalhos da CEV,
58 momento em que o Dr. Pedro Bodê afirma a conveniência de remeter as atas das reuniões da
59 Comissão não apenas aos membros e colaboradores, mas também a todos os interessados,
60 além da sua publicação no já criado site da CEV. Todos os presentes concordam com a
61 proposta, e assim fica decidido. Ainda a respeito da transparência dos trabalhos, Bodê dá a ideia
62 de realizar as oitivas ao vivo, com transmissão da *TV Educativa*. Também fala da possibilidade
63 de, em casos de idosos ou pessoas que não possam sair de casa, realizar a oitiva na casa da
64 pessoa. Com relação às oitivas realizadas com transmissão ao vivo, Bodê ressalva os



65 problemas de logística que podem aparecer, propondo, portanto, a eventual gravação áudio e
66 vídeo em material particular dos membros da CEV, cujo conteúdo será posteriormente publicado
67 no *site*. Sobre as oitivas, a Dra. Neide de Azevedo Lima alude à relevância da comparação das
68 mesmas com os constantes no Arquivo Público, objetivando verificar a veracidade dos fatos
69 narrados. Dito isto, Carlos Molina toma novamente a palavra para falar do auxílio necessário aos
70 trabalhos da Comissão, indicando o Sr. Delvieri Manso Júnior a um dos cargos em comissão a
71 serem destinados à CEV, haja vista o engajamento desta pessoa com os temas objeto de estudo
72 da CEV. Assim, o Coordenador da Comissão Estadual da Verdade solicita o envio de convite ao
73 Sr. Delvieri a participar da próxima reunião. Mariana Teixeira de Freitas Picheth, entretanto,
74 lembra que não se sabe ainda se os cargos em comissão serão disponibilizados à CEV, fato
75 pelo qual se deve esclarecer a todos que se disponham a ajudar nos trabalhos da CEV que a
76 ocupação de cargo com remuneração não é certa. Sobre isso, a Dra. Neide de Azevedo Lima
77 defende que os candidatos a ocupar tais cargos devam passar por entrevistas, como meio de
78 selecionar as pessoas que mais têm a contribuir com a CEV. Mesmo assim, Pedro Bodê mantém
79 o convite ao Sr. Delvieri, para que ele participe da próxima reunião como colaborador.
80 Prosseguindo nas discussões, os presentes colocam em pauta a estruturação da CEV,
81 estabelecendo: (i) - para a próxima reunião, que os membros venham com propostas de criação
82 de Grupos de Trabalho nos quais gostariam de atuar (sobre este tema, o Sr. Molina destaca a
83 atuação da Sra. Neusa Servera, natural de Curitiba e residente no Rio Grande do Norte, cuja
84 tese de doutorado envolve a Operação Condor, objeto de Grupo de Trabalho da CNV e cujo GT
85 da Comissão Estadual é também indispensável); (ii) - que seja elaborada um calendário de
86 oitivas, priorizando a das pessoas mais idosas ou com saúde mais debilitada. Neste ponto, a
87 Dra. Melina Fachin convida todos a assistirem a oitiva de pessoas pela Comissão da Verdade da
88 OAB/PR, a ser realizada dia 03 de maio, no Estúdio do Curso de Jornalismo da Unibrasil,
89 comprometendo-se a mandar ofício com maiores informações a todos. Voltado à questão da
90 estruturação da CEV, a Dr. Ivete Maria Caribé da Rocha indaga ao professor Bodê acerca da
91 viabilidade de os alunos da UFPR ajudarem nas pesquisas da CEV, ao que o professor
92 responde afirmativamente. Acerca disto, a Dra. Neide de Azevedo Lima defende que, nestes
93 casos onde há a colaboração de terceiros para com a CEV, haja a emissão, por parte do Estado,
94 de um certificado de relevantes serviços prestados ao Estado. Ademais, fica marcada a próxima
95 reunião para a próxima quinta-feira, dia 18 de abril de 2013, às 9h da manhã, neste mesmo
96 local, momento em que os membros criticam a dificuldade de encontrar vagas de



97 estacionamento ao redor do Palácio das Araucárias, no que a Mariana Teixeira de Freitas
98 Picheth se dispõem a solicitar a reserva de 7 vagas no estacionamento deste Palácio para os
99 membros da CEV. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o
100 Coordenador da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná declara encerrada a
101 reunião.

102 
Ivete Maria Caribé da Rocha


103


Luiz Edson Fachin

104


Márcio Mauri Kieller Gonçalves

105


Neide de Azevedo Lima

106

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

107


Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

108


Vera Karam de Chueiri